

# Estados devem ter duro acerto de contas em 91

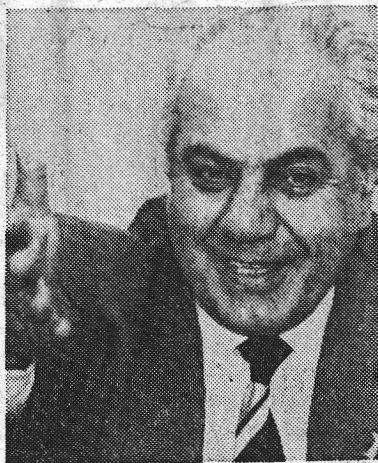
23 MAI 1990

ALDO RENATO SOARES

BRASÍLIA — A Comissão Mista de Orçamento do Congresso vota hoje o substitutivo do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias que prevê um duro ajuste para as contas dos Estados e municípios no exercício de 1991. O senador José Richa (PSDB-PR), autor do substitutivo, manteve as propostas do projeto de lei enviado pelo governo.

Se o texto for aprovado como está, os Estados e Municípios terão de pagar no ano que vem US\$ 1,2 bilhão (cerca de Cr\$ 61 bilhões) a título de juros da dívida vencida e toda a dívida a vencer (principal mais juros), estimada em US\$ 2,3 bilhões (o equivalente a Cr\$ 117 bilhões). As empresas estatais e as sociedades em que a União detenha a maioria do capital com direito a voto também terão de pagar os juros da dívida que vence em 1991. Além disso, os três poderes serão obrigados a reduzir em 10% os gastos com pessoal e custeio realizados este ano.

O substitutivo do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias acaba com as vantagens que os Estados e municípios têm no refinanciamento das suas dívidas externas com aval da União. No



AE - 18/8/89

*Richa: abertura para despesas*

ano passado, a União rolou todos os compromissos dos Estados e municípios, mesmo contra a opinião do ex-ministro da Fazenda Mailson da Nóbrega. Esse ano, a União rola 53% e os Estados e municípios pagam 43% da dívida que está vencendo. Com a aprovação, em dezembro, da Lei nº 7.976, os Estados e municípios conseguiram que a União refinanciasse a dívida vencida até janeiro deste ano por um prazo de 20 anos com quatro anos de carência. A lei, porém, já previa que os juros sobre essa dívida, estimados em US\$ 1,2 bilhão, seriam reembolsados à União em 1991.

## TORNEIRAS

O projeto do relator permite que os Estados e municípios se beneficiem de “eventuais vantagens que a União vier a obter em futuras negociações com credores externos”, para pagamento da dívida que vence no ano que vem. Permite, também, o reempréstimo, aos Estados e municípios e empresas e sociedades de economia mista, dos recursos externos depositados no Banco Central para pagamento da dívida externa. Essa possibilidade, contudo, depende da negociação com os credores internacionais.

Para não ser acusado de rígido, o senador José Richa incluiu no substitutivo um anexo com 31 aberturas para possíveis despesas, que seriam autorizadas no caso de o governo alcançar a meta de superávit de 2% em 1991. Essas “torneiras”, como estão sendo chamadas, incluem desde “ações de promoção e desenvolvimento de regiões caçueiras” até “ações de ampliação, recuperação, conservação e modernização dos aeroportos”. Com base no projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias que for aprovado pelo Congresso, o governo deve enviar até o fim de agosto o projeto de orçamento para 1991.